



SEÇÃO TEMÁTICA

## O legado da autonomia na universidade católica: resgatando as origens

### *The legacy of autonomy in the Catholic university: rescuing its origins*

João Décio Passos\*

**Resumo:** A autonomia define a universidade desde as suas origens. No contexto moderno tornou-se uma questão política, por expressar a separação da Igreja e o Estado com suas instituições de ensino. A marca confessional foi vista, desde então, como sinônimo de controle sobre as liberdades de ensino e pesquisa. Entretanto, trata-se de uma questão que permanece afirmada pela Igreja como valor fundamental e, em muitos casos, cumpre a função de resistência perante os controles políticos ditatoriais. A retomada da temática da autonomia nas origens das universidades ajuda a entender seu percurso paradoxal no decorrer da história no âmbito da Igreja Católica.

**Palavras-chave:** Autonomia. Ciência. Confessionalidade. Igreja. Universidade.

**Abstract:** Autonomy has defined the university since its origins. In the modern context it became a political issue, expressing the separation of church and state with their educational institutions. Since then, the confessional label has been seen as synonymous with control over teaching and research freedoms. However, it is an issue that remains affirmed by the Church as a fundamental value and, in many cases, fulfils the function of resistance to dictatorial political controls. Revisiting the theme of autonomy in the origins of universities helps us to understand their paradoxical course throughout history within the Catholic Church.

**Keywords:** Autonomy. Science. Confessionalism. Church. University.

## Introdução

Identidade confessional e autonomia podem ser vistas hoje como coisas antagônicas e, em muitos casos, irreconciliáveis, por representarem posicionamentos distintos, na normatividade que descansa no dogma e na normatividade política construída pelo grupo. A conjuntura sociopolítica moderna regida pela separação entre Igreja e Estado ainda persiste como moldura de fundo da problemática. De um lado o Estado moderno permanece fundado sobre a regra da separação com a religião e, com ele as instituições de ensino se fundam no princípio da laicidade. A coisa pública (nos sentidos político e científico) se justifica precisamente como distinta das coisas religiosas restritas às intimidades individuais e confessionais. Por outro lado, as Universidades confessionais, herdeiras diretas de um modelo institucional medieval, permanecem afirmando suas

---

\* Professor do PPG em Ciência da Religião da PUC-SP (São Paulo, SP). ORCID: 0000-0003-4390-0423 – contato: [jdpassos@pucsp.br](mailto:jdpassos@pucsp.br)

identidades confessionais, sendo muitas delas chanceladas diretamente pelo Papa, na qualidade de pontifícias. Esta polarização construída não sem razão no processo de modernização pode esconder a dimensão complexa da questão, desde as origens das Universidades. O dado mais fundamental sobre a problemática da autonomia tem raízes anteriores à própria consciência moderna de autonomia, sendo que já se encontrava nas próprias origens da Universidade no século XIII. As universidades católicas atuais permanecem fiéis a este valor da liberdade do ensino e da pesquisa não pela razão de ser uma exigência legal, mas por convicção herdada das suas próprias origens, onde a fé e a razão se apresentavam como modos de conhecimento distintos, mas não antagônicos.

A PUC-SP se insere neste paradoxo histórico entre identidade confessional e autonomia, na medida em que chamou para si a construção de um campo não somente de autonomia acadêmica, mas também de liberdade política. A Universidade exibe um enredo histórico, político e acadêmico em que o pressuposto da identidade confessional foi efetivamente traduzido em políticas de autonomia e de liberdade democrática. Juntamente com as figuras protagonistas desta saga o grão-chanceler, Cardeal Arns, e a reitora Nadir Kfoury, se encontra o então vice-reitor João Edênio Valle. A PUC-SP configurou no cenário nacional dos tempos ditatoriais uma escola de autonomia acadêmico-política, contando com um autêntico “mito fundador” da resistência e da liberdade: a invasão da Universidade coordenada pelo então secretário de segurança do Estado de São Paulo Erasmo Dias.

De fato, a luta pela autonomia universitária tem capítulos próprios no âmbito confessional católico, particularmente na América Latina. A recente extinção da Universidade Centro-Americana da Companhia de Jesus por Daniel Ortega, ditador da Nicarágua, compõe mais um episódio desta história. A Igreja católica abrigou em suas Universidades o livre pensamento como expressão da autonomia da pesquisa e do ensino e como reserva ética da liberdade e da dignidade humana. A identidade confessional que em muitos dos casos pode instaurar estratégias de controle sobre a pesquisa e o ensino, assume, então, o papel de resistência às imposições dos Estados ditatórias. A autonomia definidora da Universidade desde as suas origens torna-se incubadoras de liberdades democráticas. Autonomia acadêmica e liberdade política se interligam numa relação de reforço mútuo, em nome da dignidade humana e da autonomia da razão em relação à própria fé.

A longa temporalidade em que se insere esta problemática da autonomia/confessionalidade configura muitos aspectos a serem analisados, do ponto de vista histórico, filosófico e teológico. Nesta reflexão, recuaremos para as fontes do problema: a constituição das universitates no dinâmico século XIII. Foi precisamente nas origens das universidades que a questão da autonomia se mostrou como um problema fundamental que exigiu reflexão, negociações e arranjos institucionais da parte da Igreja católica, dos poderes políticos locais e da própria comunidade universitária. A dialética entre controle político e autonomia acompanha a Universidade e, de modo particular, aquelas de confissão católica desde as origens. A universidade foi inventada como grupo político autônomo em plena cristandade, antes que a autonomia política se tornasse um valor, um projeto e uma instituição constitutivos das Repúblicas modernas.

## Colocação da questão

A história das universidades ocidentais nos tempos modernos narra a fase mais aguda da divergência entre a autonomia e a confessionalidade católica, bem como a busca de modos de acomodação. O caso da França é emblemático. A *alma mater* do ensino superior ocidental, a antiga Universidade de Paris, foi estatizada após a revolução francesa e tornou-se o epicentro da pesquisa e do ensino moderno e laico. Com a expansão dos Estados laicos no ocidente latino, as antigas universidades tiveram o mesmo destino, com raras exceções. A laicização do ensino é adotada como uma das estratégias da implantação do Estado laico e desencadeará processos conflitivos com a Igreja Católica, embora a negociação tenha prevalecido como estratégia na maioria dos casos. Nos países da área germânica e anglo-saxã a reforma protestante condicionou um outro rumo. Na medida em que os Estados tiveram que negociar com as distintas tradições dentro do mesmo território e de um mesmo sistema de ensino. A permanência das Universidades confessionais orientadas e mantidas pelas diferentes confissões fez parte das acomodações que historicamente eram construídas como garantia da estabilidade e da paz.

Nesta história, o Brasil constitui, por certo, um quadro particular, seja pela sua localização no ocidente latino, seja pela demora na implantação da instituição universitária (Ribeiro, 1975), em pleno Estado laico de viés positivista, mas também pelo número significativo de universidades católicas e Pontifícias hoje existentes no país. O projeto de criação de uma universidade brasileira fora proposto por Pedro II foi abortado pelos deputados liberais que aspiravam um modelo laico de inspiração francesa, o que, na verdade, demorou mais de três décadas para ser implantado, somente em 1920 com a criação da Universidade (Azzi, 1994). As universidades confessionais chegaram no contexto do projeto de neocrisandade capitaneado pela Igreja Católica e Getúlio Vargas. Por via de Decreto o presidente criou as Universidades Católicas do Rio de São Paulo em 1946. Era, na verdade, mais um capítulo de afirmação da presença pública da Igreja no contexto nacional (Casali, 1995).

De um modo geral, pode-se afirmar que as instituições confessionais foram sendo assimiladas pelos Estados laicos, na medida em que se mostravam relevantes às finalidades sociais comuns de ambos e, nesse habitat legalmente inóspito, gozou, na verdade, de relativa tranquilidade política, quando não de certos “privilégios”. Por certo, no caso das universidades, a secular tradição de ensino ostentada pela Igreja forneceu a legitimidade para as suas instituições, ao que se somou indubitavelmente a presença de mestres qualificados para o ensino, quando os Estados nem sempre dispunham de quadros profissionais mais qualificados. Em todos os casos, a autonomia das Universidades sobreviveu como um valor fundamental e fundante de suas identidades, seja no modelo público-estatal, seja no modelo confessional. A identidade confessional das universidades constitui, por certo, um paradoxo a ser examinado com cuidado para além das polarizações entre Igreja Católica e Estado laico, embora a primeira tenha insistido na manutenção do regime de verdade escolástico que rejeitava, em grande medida, os métodos e os resultados das ciências modernas e o segundo encarasse a Igreja com suas instituições de ensino como inimigas a serem eliminadas.

Vale mencionar que a própria Igreja Católica permaneceu afirmando este princípio em suas orientações oficiais, não obstante os intentos quase sempre malsucedido de controles sobre os rumos de suas Universidades. O Vaticano II demarcou uma inflexão, quando a Igreja acolheu as ciências modernas como resultado positivo do engenho humano e se dispôs a aprender com elas (*Gaudium et spes*, 62) e, ao mesmo tempo, reconheceu a autonomia da universidade como um valor para a Igreja (*Gravissimum Educationis*, 10). No último Documento papal sobre as universidades católicas, a Constituição Apostólica *Ex corde ecclesiae*, esta postura é reafirmada ao dizer que a universidade Católica

Goza daquela autonomia institucional que é necessária para cumprir, eficazmente, suas funções, e garante, aos seus membros, a liberdade acadêmica na salvaguarda dos direitos do indivíduo e da comunidade, no âmbito das exigências da verdade e do bem comum (12).

A presença de pesquisadores religiosos concretiza de modo exemplar este valor reafirmado pela Igreja Católica, desde Tomás de Aquino nos primórdios da Instituição até Padre Georges Lemaître, formulador da moderna teoria do Big Bang, na Universidade Católica belga. O psicólogo Doutor João Edênio Valle, religioso verbita e presbítero, homenageado no presente dossiê, perfila este perfil de intelectuais católicos no contexto da universidade brasileira. Todos eles são frutos da liberdade acadêmica que entende as diversas verdades científicas como esforços investigativos que não se opõem à grande Verdade de fé sobre a qual edificam-se as universidades confessionais.

## **A volta às fontes**

As *universitates* (corporações) emergem na baixa idade média como células sociais e políticas que recriam em suas microestruturas modos de pensar e organizar o poder a partir de uma lógica local que se choca e se adapta na lógica geral da cristandade. Como outras *universitates* que vão sendo edificadas no mundo urbano já desde o século XI, essas dedicadas ao saber, corporações de mestres e discípulos, são pautadas igualmente pelo difícil exercício da autonomia: um grupo social que se autocompreende como autônomo em sua organização uma vez agregado em torno de um objetivo comum. Cada *universitas* nasce como grupo autônomo destinado a uma finalidade e vai sendo institucionalizada por seus membros, por meio de regras (normas codificadas) e de práticas (a agenda regular de ações). Havia *universitates* ligadas aos diversos ofícios, assim como aquelas mais amplas de cunho territorial e político, semelhantes às futuras comunas. Todas elas marcham no seio de uma sociedade hierarquizada e têm que construir suas autonomias dentro das condições políticas ali presentes.

As primeiras universidades nasceram, portanto, sob estas razão e regra e colocaram cada vez mais em evidência a causa e os desafios de se estruturarem como entidades autônomas, sobretudo nos momentos de conflitos políticos e ideológicos com os poderes locais de reis e eclesiásticos. A expansão quantitativa e qualitativa da nova instituição foi um fator decisivo dessa inflexão política precoce que expõe as bases da democracia moderna. De fato, muito rapidamente já não se tratava mais de uma corporação local de um segmento profissional, mas de uma *universitas* de fato universal que acolhia

membros advindos de diversas partes da Europa com o intuito de adquirir conhecimentos superiores que fossem além do currículo antigo das sete artes reproduzido pelas escolas católicas urbanas atuantes desde o século X. As grandes cidades eram o palco das novas instituições e as novas ciências, sobretudo aquelas hauridas das obras aristotélicas, eram as fontes que permitiam o avanço da investigação. As universidades nasciam e se expandiam, portanto, como nova instituição que agregava o antigo e o novo: a) as antigas práticas de ensino das sete artes liberais preservadas pelos mosteiros e pelas escolas urbanas; b) os elementos da tradição judaico-cristã, desde os textos bíblicos até a consolidada tradição agostiniana; c) a nova lógica que fornecia as ferramentas para o exercício correto da investigação; d) os antigos e os novos códigos legislativos revalorizados, então, pelas cidades e pelas próprias corporações emergentes; e) os novos textos de Platão e, sobretudo, de Aristóteles que permitiam rever os conhecimentos tradicionais referentes à natureza, ao ser humano, às cidades e a Deus; f) as novas ciências que relacionadas à medicina e à matemática já introduzidas pelos povos árabe (Rüegg, 1992).

As quatro Faculdades que passam a compor a *universitas studiorum*, Artes, Direito, Medicina e Teologia, aglutinavam do ponto de vista teórico, curricular e pedagógico esses conhecimentos assim reestruturados, tendo como dinâmica metodológica precisamente o confronto entre o antigo e o novo, porém dando às novas abordagens uma franca supremacia que não tardará em atrair os desencantos da ortodoxia católica. Não restam dúvidas de que as ciências aristotélicas tiveram um papel reformador, performativo e implosivo em todo o processo. As investigações e o ensino eram pautados pela tensão permanente da preservação da tradição cristã (a doutrina) e a incorporação das novas abordagens. O desafio de articular o antigo e o novo, além dos elementos discrepantes do novo, defrontava-se precisamente com o germe perigoso para a ortodoxia da fé: a autonomia da razão no procedimento de investigação. No seio da universidade, o exercício autônomo da razão, agora alimentado e possibilitado pelas novas ciências, torna-se um dado inevitável e sedutor para os amantes do conhecimento; algo que os controles ortodoxos por si mesmos não dão conta de segurar ou de impedir que avancem. As proibições de uso dos textos aristotélicos por parte dos Papas revelam essa ineficácia política, quando no século seguinte a escolástica de matriz aristotélica revelou, de fato, sua hegemonia nas universidades que já pontilhavam a velha Europa. O próprio Tomás de Aquino condenado depois da morte vai tornar-se o principal mestre desse sistema de pensamento assumido como “oficial” pela Igreja católica<sup>1</sup>.

A história dos conflitos das universidades nascentes é a história de uma autonomia política e intelectual que está sendo gestada na baixa idade média e que narra a institucionalização da autonomia, em oposição do controle externo por parte das autoridades políticas, leigas ou eclesiásticas. Ainda que se deva afirmar o caráter ambíguo

---

1 Em 1215 (Proibição da Física e da Metafísica pelos estatutos parisienses elaborado por Roberto de Courson), 1231 (proibição da Ética e do De anima por Gregório IX) 1255 (Faculdade de Artes institui o estudo da Física e da Metafísica), 1260 (mestres franciscanos denunciam o aristotelismo radical da Faculdade de Artes), 1270 (condenações às teses aristotélicas averroístas por Etienne Tempier, bispo de Paris), 1276 (mestres da universidade de Paris são condenados pela inquisição), 1277 (condenações de 219 proposições ligadas ao aristotelismo da Faculdade de Artes e abertura de processo contra Tomás de Aquino, já falecido três anos antes) (Verger, p. 277-297).

dessa autonomia, ela, de fato, se impôs como valor e regra fundantes das corporações de mestre e discípulos, deixando seu legado para os séculos posteriores.

## **A construção da autonomia**

A relação entre autonomia e identidade católica mostrou-se como desafio para a Igreja e para as próprias universidades desde as suas origens. As *universitates* expressam, de fato, a emergência da autonomia como uma prática histórica de organização sociopolítica, uma espécie de prévia da autonomia moderna que pautará a sociedade de maneira mais ampla e profunda já nos tempos modernos (Lima Vaz, 2002).

É necessário observar que as corporações não nasciam prontas como organizações autônomas. Elas foram se constituindo na medida das circunstâncias e dos conflitos que envolviam os poderes da época, os poderes eclesiásticos e os poderes civis que buscavam os meios de controlar a nova instituição que, não raro, colocava em questão suas legitimidades e eficácias. Foi precisamente de dentro dos conflitos que a questão da autonomia foi sendo colocada como fundante para as corporações e recebendo o reconhecimento da parte das autoridades eclesiásticas e civis. Como explica Le Goff, foi “lutando, ora contra os poderes eclesiásticos, ora contra os poderes leigos, que elas adquiriram sua autonomia” (2011, p. 94).

As primeiras universidades trouxeram, de fato, conflitos de diversas ordens, envolvendo vários sujeitos nas cidades universitárias. Assim se inscrevem alguns conflitos: a luta pelo direito de ensinar reivindicado pela Igreja (hierarquia) quando as escolas criavam práticas independentes, a luta dos chanceleres locais por controlar as universidades concedendo os títulos acadêmicos, quando o clero interno às instituições exercem suas atividades de modo autônomo dispensando tais chancelas, a luta dos poderes eclesiásticos com os poderes dos reis por controlar as instituições, a luta interna das ordens religiosas na busca de influência junto às Faculdades, a luta dos estudantes na busca autonomia em relação aos reis, como no caso dos estudantes de Paris massacrados pelo Reino em 1229 resultando no fechamento da Universidade. Paris é o caso mais emblemático, pela própria importância como centro de estudos e, de modo especial, pelo lugar central que a teologia aí ocupou, já antes mesmo da instituição de sua grande universidade.

A organização livre e autônoma marcou a fundação da nova instituição e esteve no centro dos sucessivos conflitos com as autoridades civis e religiosas, assim como dos próprios sujeitos que integravam o corpo universitário (Le Goff, p. 94-98). Nessa luta estiveram presentes poderes “externos” às corporações, no caso bispos, chanceleres e autoridades do clero, assim como forças internas: a disputa entre clero secular e ordens medicantes, assim como entre algumas ordens entre si. Muito embora as universidades se firmem como organização autônoma criativa, eficiente e duradoura, não compuseram a cena de uma conquista simples e harmônica ou mesmo de um processo linear; ao contrário, construíram suas identidades a preço de condenações e de sangue. O exercício concreto e conflitivo da autonomia é que foi exigindo saídas negociadas, primeiramente com os poderes locais e, na sequência, com o poder papal, na época de alcance universal.

De fato, os conflitos com as autoridades locais, assim como as soluções locais, muitas vezes não ofereciam soluções efetivas e impunha a necessidade de apelos a uma instância superior, no caso ao Papa. Nesse sentido, a autonomia universitária foi uma causa que, a duras penas, se instituiu, contanto, evidentemente, com as instâncias legitimadoras da época. As universidades encontraram no Papa um aliado maior e investido de poderes supremos capazes de garantir as liberdades políticas e investigativas de modo a transcender os interesses e controles locais.

Ademais, interessava obviamente aos Papas expandirem seus raios de influência para o interior das circunscrições políticas locais e afirmarem suas eficiências como promotores da cultura letrada. O poder negociado fica, portanto, explícito: de um lado os Papas exercem suas supremacias e de outro as universidades gozam de autonomia. Essa autonomia concedida-reconhecida era agraciada com um *plus* jurídico canônico, na medida em que o pontífice concedia aos titulados o direito de “exercício universal” do magistério com a figura da *licentia ubique docendi* (Ullmann, p. 45, 169-170).

Ao menos três textos emanados da autoridade pontifícia devem ser citados como fundadores da autonomia universitária: os *Estatutos de Robert de Courson* (1215), a *Bula Super Speculam* de Honório III (1219) e a *Bula Parens Scientiarum* de Gregório IX (1231). O primeiro é considerado o *Estatuto* fundador da Universidade de Paris: normatiza a relação entre os mestres da escola e estabelece regras limitando o estudo de novos textos aristotélicos relacionados à filosofia natural na Faculdade de Artes. Fixa, ainda, a duração dos currículos de mestres e doutores e as normas de carreira docente e reconhece a autonomia da universidade para elaborar suas regras pedagógicas e seus próprios estatutos.

A *Bula* do Papa Honório viria para solucionar supostos exageros da autonomia, talvez contidos no primeiro estatuto elaborado pela universidade. Ao mesmo tempo em que confirma a autonomia já reconhecida pelo Cardeal Courson, estabelece regras restringindo os clérigos ao estudo das ciências profanas, ou seja, do Direito e da Medicina. Mas, é a *Bula* de Gregório IX que vai, de fato, fundar canonicamente a autonomia universitária. O Documento afirma a importância de Paris como lugar das Ciências, como fonte de sabedoria, importante para o Reino e para a Igreja. Na verdade, a razão da *Bula* deveu-se ao episódio da greve dos estudantes e mestres que abandonaram a cidade em protesto contra a morte de estudantes por parte da guarda real em 1229. A *Bula* papal se esforça por reativar a secular escola e trazer de volta os mestres e discípulos exilados da cidade. Ela reconhece o direito de greve da universidade, quando não se faz justiça em tempo hábil, reafirma as restrições aos textos aristotélicos, porém admitindo sua presença, com certas reservas, na Faculdade de Artes. No que se refere ao funcionamento interno da universidade, o papa reafirma a sua autonomia para elaborar as próprias regras, conforme as normas de 1215 (Verger, p. 193-25).

As universidades assim compreendidas e constituídas exerceram sua função científica e pedagógica em um contexto que mistura tradição da cristandade e germinação da modernidade. Elas nascem como filhas legítimas da Igreja, porém como nova forma de organização social e política que desafia os próprios poderes eclesiástico e civil a encontrarem estratégias legais e políticas para direcionar e controlar a organização autônoma. A tradição consolidada no seio da Igreja que valoriza a educação intelectual

não permite retrocessos em relação às novas organizações. Só resta à Igreja legitimar seus objetivos, tutelar suas práticas de ensino e controlar suas organizações.

### **O significado da autonomia nascente**

A hegemonia da Igreja no âmbito cultural não podia tardar em fazer eclodir no seu próprio seio concepções, práticas e estruturas inéditas, uma vez guardiã, de fato, do patrimônio clássico, defensora da razão e promotora da educação. As mudanças históricas que construíram as corporações ligadas ao conhecimento só podiam, de fato, contar com as heranças cristãs-católicas que haviam reproduzido a cultura letrada pelos séculos afora. As sete artes liberais já haviam encontrado na Igreja um lugar de sobrevivência e desenvolvimento, funcionando como porta de abertura para o diálogo com a cultura letrada, seja nos parâmetros antigos, seja nas novas expressões que vão sendo acolhidas ou reinventadas no contexto histórico do século X. Para além de uma cultura cristã que pudesse centrar-se exclusivamente em princípios transcendentais, na estrita letra dos textos sagrados ou mesmo na autoridade normativa dos dogmas, o cristianismo construiu suas concepções e práticas dentro de um arcabouço cultural que incorporou a alteridade cultural/científica como elemento construtivo. Desde a inserção no mundo helênico e na geopolítica romana, o cristianismo avançara na busca de modos de assimilação dos valores e práticas advindos da cultura de entorno, de incorporação de instituições políticas e de construção de novas sínteses feitas do antigo e do novo.

As universidades devem ser localizadas nessa lógica histórica de inserção cultural do cristianismo de onde brotará a autonomia como possibilidade e como valor para o exercício do conhecimento. Na medida em que as novas ciências se impõem como evidência racional e as corporações se consolidam como fato, o exercício da autonomia vai emergindo igualmente como dado e valor para o pleno exercício da atividade investigativa e pedagógica; a autonomia de fato clama por reconhecimento da parte das autoridades então constituídas. No entanto, a Igreja terá que criar meios de patrocinar essa autonomia que se mostra como uma ameaça a sua própria ortodoxia, tamanha a sua força de agregação e persuasão. As *universitates* se impuseram como configurações novas e inevitáveis que vão sendo assimiladas pela política tradicional da cristandade.

O século XIII produziu ao mesmo tempo crise e amadurecimento de um modelo de ensino. A crise diz respeito ao crescimento das escolas com seus docentes e discentes, fazendo surgir novos modos de acomodação e organização, ao surgimento de novos saberes, como a medicina, a matemática e astronomia, advindas do mundo árabe e a retomada do poder papal, desde a reforma gregoriana. As escolas, recebendo aval institucional da Igreja poderiam oferecer as bases teóricas para a legitimação do poder dos papas e bispos, formando seus intelectuais (Verger, p. 177-185.). O amadurecimento advinha do uso da lógica aristotélica que, pouco a pouco, vai instaurando uma nova maneira de ler os textos bíblicos e, como resultado, construindo um método e um corpo de questões a serem aprofundadas em si mesmas. De igual modo, as novas teorias sobre a natureza e a história evidenciavam cada vez mais uma natureza que funcionava com suas próprias leis e uma história humana conduzida pela decisão livre dos cidadãos. A



organização universitária dá, portanto, vazão para as novas demandas sociais e teóricas gestadas nas antigas escolas, reconfigurando o saber e suas instituições no contexto urbano. Há, portanto, uma prática acadêmica e política que se efetiva sob as regras da liberdade de investigação e ensino e sob a condução cada vez mais autônoma dos próprios mestres no interior das ciências e das Faculdades que compunham as universidades.

A autonomia torna-se, desse modo, a marca das universidades nascentes e, desde então, a marca dessa instituição, legislada até nossos dias pelos Documentos eclesiais e pelas legislações civis ocidentais. Contudo, não obstante as ambiguidades políticas dessa autonomia nascente, um dado é certo: as universidades foram blindadas das intervenções dos poderes locais, adquiriram expressão internacional e possibilitaram a investigação e divulgação dos conhecimentos superiores. Se a autonomia universitária nasceu sob o signo da ambiguidade, ela possibilitou, de outra parte, a sobrevivência dessas instituições no decorrer dos séculos. Para a Igreja, as universidades foram no decorrer do tempo o lugar do exercício da razão e da fé, sendo que sobre a matriz edificada pelo mestre Tomás de Aquino, as duas perspectivas gozam de suas autonomias e devem buscar na distinção o diálogo e, até mesmo, na discrepância o diálogo. E nesse contexto a própria teologia se apresenta como uma ciência que se exercita entre as demais, com suas especificidades (*Suma teológica*, Q 1). Portanto, as ciências investigadas e ensinadas nas universidades configuram-se como práticas teóricas e metodológicas autônomas que fundam a autonomia universitária, tendo em vista a sua finalidade de buscar permanentemente a verdade. Para Tomás permanece válida a tradição que afirma que toda verdade, venha de quem vier, tem como autor o Espírito Santo. Nessa perspectiva, a autonomia da comunidade universitária será reafirmada no decorrer da história pelo magistério papal, pelo magistério extraordinário e pelas autoridades eclesiais, não com mera concessão política, mas como valor inerente à vida acadêmica e política da universidade.

Talvez se possa pensar na universidade como produto social, político e cultural pioneiro que historicamente traduziu os princípios cristãos, de natureza teológica, em princípios e em práticas secularizadas no seu exercício intelectual e político. Em termos judaico-cristãos, a positividade da criação e, por decorrência, do ser humano adquire, agora, uma expressão histórica inédita no sentido de viabilizar o domínio da razão sobre o mundo e a história, o que conta com o amparo da própria teologia e dá continuidade à inserção política e cultural do cristianismo com suas instituições de ensino consolidadas. A autonomia, historicamente construída e politicamente delimitada no exercício das *universitates*, não constituiu um produto estranho à teologia cristã, mas, ao contrário, foi exercitada e legitimada como valor, na medida em que expressava e possibilitava o exercício da busca da verdade pelas vias da razão (das ciências e das novas ciências) e da fé (as verdades reveladas), exercício fundado no próprio Autor da verdade e da inteligência humana. Tomás de Aquino assim sintetizou esta percepção epistemológica:

Nada impede que os mesmos objetos de que as disciplinas filosóficas tratam, enquanto são conhecíveis à luz da razão natural, sejam tratados tanto por outra ciência como conhecidos à luz da revelação divina (*Suma Teológica* I, q. 1, art. 1).

## Considerações finais

A Igreja medieval gestou a universidade e a autonomia universitária, ainda que de um modo conflitivo e sujeito a todas as críticas políticas, segundo nossos parâmetros atuais. No entanto, deixou esse legado para a posteridade e não se furtou a reafirmá-la em cada momento em que se propôs a pensar a universidade nos diferentes contextos históricos. De fato, em todos os Documentos eclesiais dedicados à questão, a autonomia foi reafirmada como direito e valor das comunidades universitárias (Passos, 2018). A identidade católica não se mostrava como diretamente conflitante com a autonomia universitária, embora esteja colocada como uma questão subjacente no processo de negociação das universidades com as autoridades religiosas. A autonomia é uma prática e uma ordem jurídica gestada por dentro das identidades católicas escolares, da mesma forma que por dentro da cristandade e por dentro do regime teórico escolástico; nasce como valor e prática conaturais à tradição cristã que valoriza a investigação e o ensino como direito e dever da criatura humana que busca a verdade e tende a ela por determinação do próprio Criador. Em todos esses aspectos, a identidade cristã-católica constituía um dado natural inquestionável pelas consciências políticas de então. Com efeito, foi precisamente nesse habitat cultural e religioso que a autonomia foi sendo construída como valor suportado, negociado e aprovado pelas autoridades eclesiásticas e, de modo direto, pela autoridade papal. Triunfaram a visão, a prática e a jurisdição da autonomia como valor que nasce e cresce no claustro universitário e adquire status canônico com as *Bulas* papais com os próprios Estatutos elaborados por aquelas corporações. A autonomia da universidade constituía o espaço natural de exercício da autonomia investigativa que avança na busca da verdade.

As universidades atuais e, de modo direto, as confessionais católicas são as herdeiras dessa tradição gestada no século XIII. Os contextos se transformaram e se transformam no decorrer do tempo, bem como os desafios para o exercício livre do pensamento. Olhar para o passado será sempre importante para compreender o presente, mas também para aprender dele o que possa nos ensinar. A autonomia nasceu com as universidades e permanece como fonte e caminho do ensino, da pesquisa e da extensão em nossos dias. A autonomia constitui desde então um valor epistemológico e político que vai sendo construído por dentro das contradições dos poderes eclesiástico e civil.

Para concluir, vale relembrar os termos vigorosos da emblemática Carta escrita por Gregório IX ao bispo de Paris por ocasião dos conflitos envolvendo a universidade sob sua jurisdição:

Enquanto um homem sábio em teologia é semelhante à estrela da manhã que brilha em meio à névoa e deve iluminar sua pátria pelo esplendor dos santos e aplacar suas discórdias, tu não te contentaste em negligenciar esse dever mas, segundo as afirmações de pessoas dignas de fé, foi por culpa de tuas maquinações que o rio do ensino das altas letras, o qual depois da graça do Espírito Santo, irriga e fecunda o paraíso da Igreja universal, saiu de seu leito, quer dizer, da cidade de Paris, onde se exibia vigorosamente até então. Como consequência, dividido por muitos lugares, ele ficou reduzido a nada, da mesma forma que seca um rio desviado de seu leito e transformado em vários pequenos regatos (Le Goff, p. 98).

## Referencias

AZZI, Riolando. A neocristandade; um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994.

CASALI, Alípio. Elite intelectual e restauração da Igreja. Petrópolis: Vozes, 1995.

Constituição Pastoral *Gaudium et spes*. In *Compêndio do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes 1986.

Declaração *Gravissimum Educationis*. In *Compêndio do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes 1986.

JOÃO PAULO II. Constituição Apostólica *Ex corde ecclesiae*. São Paulo: Paulinas, 2000.

LE GOFF, Jaques. Os intelectuais na idade média. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2011.

LIMA VAZ, E. C. Raízes da modernidade. São Paulo: Loyola, 2002.

VERGER, Jacques. Cultura, ensino e sociedade no ocidente nos séculos XII e XIII. Bauru: Edusc, 2001.

PASSOS, J. Décio. Ensino Superior e Magistério da Igreja; a meta da verdade e o método do diálogo. In *Theologica Xaveriana* 68, Bogotá, 2018.

RIBEIRO, Darcy. A universidade necessária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RÜEGG, Walter (Coord). Uma história da universidade na Europa, Vol I; As universidades medievais. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

TOMAS DE AQUINO. *Suma Teológica I*. São Paulo: Loyola, 2001.

ULLMANN R. Aloysio. A universidade medieval. Porto Alegre: Edpucrs, 2000.

Recebido em: 20/06/2024

Aprovado em: 15/10/2024

Conflito de interesses: Nenhum declarado.

Editor responsável: Fábio L. Stern.